

A instigante e complexa história da leitura: apontamentos teóricos e metodológicos

ANDRÉ DIONEY FONSECA *

Resumo

Neste artigo apresento algumas questões teóricas e metodológicas sobre um dos mais promissores veios de pesquisa da chamada Nova História Cultural: a história da leitura. Discutem-se as principais dificuldades encontradas pelos pesquisadores de diversas áreas interessados em perscrutar a leitura em uma perspectiva histórica, sobretudo em relação às fontes que permitem acessar as leituras antigas, e também os caminhos metodológicos para enfrentar esses problemas apontados por Roger Chartier e Robert Darnton, autores que se notabilizaram no cenário historiográfico internacional por seus estudos sobre a leitura. Em complementação às considerações desses dois historiadores destaco ainda a contribuição de Michel de Certeau, estudioso que não elegeu a leitura especificamente como objeto de estudo, mas que contribuiu decisivamente para a consolidação desse campo de estudo histórico.

Palavras-chave: História da leitura; teoria; metodologia.

Abstract

In this article I make some theoretical and methodological discussions about one of the most promissory veins of New History Cultural: the history of reading. I discuss the main difficulties found by researchers from many areas interested in the scrutiny of reading in a historical perspective, especially in relation to the sources that allow access to old readings, and also the methodological ways that can be used to face the problems indicated by Roger Chartier and Robert Darnton, both notable in the international historiography scenario because of their studies about readings. In addition to the approaches of these two researches I emphasize the contribution by Michel de Certeau, a scholar who did not elect the reading as his mainly object of study, but who contributed decisively to the consolidation of this area of historiography.

Key words: history of the reading; theory; methodology.

* **ANDRÉ DIONEY FONSECA** é Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo (FFLCH/USP); Membro do Grupo de Pesquisa em História Religiosa e das Religiões (CNPq/UEM) e do Grupo de Pesquisa em Teoria, metodologia e interpretações na história da historiografia no Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/UEMS).

Nos anos oitenta um conjunto de revisões enriqueceram o campo teórico e metodológico da História. O uso de noções como *representação, prática, narrativa, sensibilidades e imaginário*, em face da fragilidade de outras como *mentalidades* é um exemplo desse momento em que se passou a falar em “Nova História Cultural” (BURKE, 2005). Distinguem-se aí, o historiador Roger Chartier com seus estudos sobre a história da leitura e teoria da História e Michel De Certeau que, ao estudar a reutilização e a (re)invenção do cotidiano a partir das escolhas dos sujeitos e suas relações com a cultura material existente em determinados contextos históricos, trouxe a discussão sobre as noções de “construção cultural” e de “apropriação cultural” (DOSSE, 2003).

No entanto, o estudo das *práticas culturais* remete à *recepção, à apropriação cultural*, ou seja, ao momento em que determinado bem cultural chega às mãos de um consumidor que dele pode fazer diferentes usos, inclusive usos que distam do que fora pensado por aqueles que produziram esse bem cultural. Em se tratando da história da leitura, que na perspectiva da “Nova História Cultural” tem por objetivo central compreender como os indivíduos leram e deram sentido às mensagens contidas nos textos de natureza diversa, há um elemento complicador: como acessar as leituras antigas se o ato da leitura é uma atividade extremamente subjetiva e que tão poucos rastros deixa para a posteridade? Esse é um ponto que tem suscitado debates nos últimos anos entre os estudiosos ocupados com a história da leitura, conforme indica a indagação de um dos mais importantes historiadores desse tema: “a leitura possui uma história. Mas como recuperá-la?” (DARNTON, 1992, p. 200).

Acessar o mundo dos leitores comuns e percorrer os sinuosos caminhos de suas leituras é sem dúvida uma tarefa extremamente desafiadora. Desafiadora, porém, necessária, pois nas últimas décadas, a historiografia tem demonstrado a importância da inserção nos estudos históricos do cotidiano das pessoas comuns interseccionando-o a conjunturas e a acontecimentos relevantes do ponto de vista histórico. É o que defende Peter Burke ao afirmar:

Igualmente difícil de descrever ou analisar é a relação entre as estruturas do cotidiano e a mudança. Visto de seu interior o cotidiano parece eterno. O desafio para o historiador social é mostrar como ele de fato faz parte da história, relacionar a vida cotidiana aos grandes acontecimentos, como a Reforma ou a Revolução Francesa, ou a tendências de longo prazo, como a ocidentalização ou ascensão do capitalismo (BURKE, 1992, p. 24).

Peter Burke ressalta que esse novo olhar historiográfico permite superar modelos deterministas de explicação social já que as análises não ficam restritas apenas às regras impostas pela religião, pelo Estado, ou quaisquer outras normatizações sociais, mas buscam evidenciar as liberdades, os desvios, as táticas das pessoas comuns que ora transigem, ora burlam as normas que lhe são impostas de cima para baixo aproveitando-se das inconsistências e incoerências dos sistemas sociais (BURKE, 1992, p. 24).

Como indica Roger Chartier, nos estudos históricos, essa perspectiva leva a “repensar totalmente a relação entre um público designado como popular e os produtos historicamente diversos (livros e imagens, sermões e discursos, canções, romances-fotográficos ou programas de

televisão) propostos para seu consumo (CHARTIER, 2002, p. 53). Para Chartier, as análises devem contrapor os dispositivos, discursivos ou institucionais, que buscam disciplinar os corpos, as práticas e modelar, por meio da ordenação regrada dos espaços, as condutas e os pensamentos, às táticas de consumo desenvolvidas pelos indivíduos sobre os quais recaem todas as “tecnologias da vigilância e da inculcação”. O cruzamento dos dispositivos de controle com práticas de consumo revela que: “longe de terem a absoluta eficácia aculturante que lhes é atribuída com demasiada frequência, esses dispositivos [de controle] (...) deixam necessariamente um lugar, no momento em que são recebidos, à variação, ao desvio, à reinterpretação” (CHARTIER, 2002, p. 53).

Roger Chartier em diversas publicações demonstra, entretanto, as dificuldades envolvidas nessa perspectiva de análise, sobretudo no que se refere à história da leitura e apresenta sua opção metodológica para o enfrentamento dos desafios que se impõem aos historiadores preocupados com as diferentes formas de leitura a que estão sujeitos os impressos em diferentes momentos históricos.

A história das práticas de leitura na concepção de Chartier tem por objetivo inferir sobre a aparente contradição existente entre o “caráter todo-poderoso do texto” e a “liberdade primordial do leitor”. Em outras palavras:

identificar para cada época e para cada meio as modalidades partilhadas de ler – aos quais dão formas e sentidos aos gestos individuais – e que coloca no centro de sua interrogação os processos pelos quais, face a um texto é historicamente produzido um sentido e diferenciadamente

construído uma significação (CHARTIER, 1990, p. 122).

De acordo com Chartier (1994, p. 11): “um texto só existe se houver um leitor para lhe dar um significado”, mesmo nos impressos minuciosamente escritos e editados para controlar os sentidos atribuídos às mensagens, não há como inscrever no texto um modelo fechado de leitura. Contra a passividade que tradicionalmente foi atribuída à figura do leitor, Chartier lembra que a leitura é uma atividade que permite a reapropriação, o desvio, a desconfiança, a resistência. Sendo um espaço aberto a leituras múltiplas, os textos, na visão de Chartier, não podem “ser apreendidos nem como objetos, cuja distribuição bastaria determinar, nem como entidades, cuja significação seria universal. Devem ser relacionados à rede contraditória das utilizações que os constituíram historicamente” (CHARTIER, 2002, p. 53). O autor complementa:

Daí a seleção de dois modelos de compreensão para explicar os textos, os livros e as suas leituras. O primeiro põe em contraste disciplina e invenção, considerando estas duas categorias não como antagônicas, mas como sendo geridas a par. Todo o dispositivo que visa criar controle e condicionamento segrega sempre táticas que o domesticam ou o subvertem; contrariamente, não há produção cultural que não empregue materiais impostos pela tradição, pela autoridade ou pelo mercado e que não esteja submetida às vigilâncias e às censuras de quem tem poder sobre as palavras ou os gestos. A oposição é demasiado simples entre espontaneidade “popular” e coerção das instituições ou dos dominantes: o que é preciso reconhecer é o modo como se articulam as liberdades condicionadas e as disciplinas

derrubadas (CHARTIER, 1990, p. 137).

Reside aí o grande desafio de toda pesquisa sobre as práticas de leitura, pois mesmo não havendo mais dúvidas sobre a tensão existente entre a tentativa do autor e/ou editor em impor por meio de seus textos uma “ordem” e “as liberdades” do leitor, também é concepção assente que o acesso às leituras antigas, capazes de lançar luzes sobre essa tensão, não é empreendimento fácil para o pesquisador (CHARTIER, 2004).

De fato, a identificação das modalidades partilhadas de leitura, da produção histórica do sentido e dos processos que levam a diferentes significações não é um empreendimento simples. Tem-se a leitura que é, no dizer de Chartier (1990), prática criadora, uma atividade produtora de sentidos singulares, de significações que não são redutíveis às intenções dos autores ou de quem produz o impresso e há também o autor, o comentador e/ou editor dos textos que tentam exercer um controle sobre o sentido que os leitores vão atribuir aos impressos, visando aproximá-los ao máximo de uma “compreensão correta”, de uma “leitura autorizada”.

Para Chartier, são nas fendas dessa tensão que deve operar a história da leitura, considerando a relação entre a “liberdade dos leitores” e as “tentativas de controle dessa liberdade”. Para analisar a tensa relação entre o leitor e quem escreve ou produz o texto, Chartier propõe que o historiador percorra um duplo caminho: “identificar a diversidade das leituras antigas a partir de seus esparsos vestígios e reconhecer as estratégias através das quais autores e editores tentavam impor uma ortodoxia do texto, uma leitura forçada” (CHARTIER, 1990, p. 123).

No entanto, pesquisar os impressos levando em conta as diferentes formas de recepção a que eles estão sujeitos é uma tarefa muito complexa, por isso, a solução apresentada por Chartier traz em si uma nova dificuldade a ser enfrentada: a raridade das fontes que permitem reconstituir as leituras ordinárias. Segundo Chartier (2009), as fontes que trazem indícios diretos sobre as formas individuais de leitura são encontradas somente em ocasiões “fora do comum” e por mais importante que possa ser esse tipo de registro para o acesso às diferentes formas de apropriação dos impressos, eles não resolvem por si só o implexo estudo da recepção. Roger Chartier fala das limitações desse tipo de material nos seguintes termos:

Esses testemunhos, que se devem coletar cuidadosamente, apresentam evidentemente um problema, na medida em que não é simples separar aí o que é uso comum e hábito pessoal, exemplaridade social e especificidade individual. Acima de tudo, sua raridade impede que sejam considerados como únicos vestígios a partir dos quais se pode construir uma história da leitura, que não pode ser uma coleção de estudos de caso (CHARTIER, 2009, p. 96).

À vista desse problema, Roger Chartier propõe um estudo das práticas de leitura inscritas no próprio objeto impresso, já que todo texto, segundo Chartier “traz em suas linhas os vestígios da leitura que seu editor supõe existir nele e nos limites de sua possível recepção” (CHARTIER, 2009, p. 96). Nessa definição, uma história da leitura deve considerar que os sentidos atribuídos a um texto dependem de uma série de dispositivos e regras que permitem e restringem a formação desses sentidos. Deve-se considerar, ainda, que o “mundo do leitor” está ligado à “comunidade de interpretação”

a que pertence, em que se partilham um conjunto de competências, de normas, de usos e de interesses, daí a importância atribuída por Chartier à “materialidade dos textos” e à “corporalidade dos leitores” (CHARTIER, 2002, p. 258). O processo pelo qual são atribuídos sentidos aos materiais impressos só podem ser reconstituídos a partir da relação entre três aspectos: “o texto, o objecto que lhe serve de suporte e a prática que dele se apodera” (CHARTIER, 1990, p. 127).

Para Robert Darnton, entretanto, a metodologia de Roger Chartier em suas pesquisas sobre história da leitura, embora tenha trazido grandes contribuições ao apontar a importância da materialidade dos impressos, dos suportes pelos quais os textos chegam até os leitores e a compreensão das diferentes formas como um texto pode ser lido e interpretado, não consegue lançar luzes sobre a apropriação dos impressos (DARNTON, 1992).

Ao se referir à pesquisa de Roger Chartier sobre um clássico espanhol, *A historia de la vida de Búscón*, de Francisco Quevedo, Robert Darnton reafirma a importância desse pesquisador francês para a história da leitura, mas ressalta que a apropriação do texto de Quevedo pelos leitores lhe escapa pela falta de registros diretos de leitura. A pesquisa de Chartier comentada por Robert Darnton trata especificamente das edições do texto de Francisco Quevedo, preparadas em meados do século XVII pelas editoras Oudot e Garnier da comunidade de Troyes. Nesse estudo, Chartier demonstrou que houve muitas adaptações que levaram em conta o público a que se destinavam as edições populares do livro *A historia de la vida de Búscón*, texto originalmente escrito para um público sofisticado, mas que

passou por uma série de mudanças tipográficas nas mãos dos editores de Troyes que o remendaram, fragmentaram a narrativa em unidades simples, subdividiram os parágrafos e multiplicaram o número de capítulos. Com isso, Chartier demonstrou que a nova estrutura tipográfica da novela de Quevedo implicava um novo público e um novo tipo de leitura.

Mesmo reconhecendo os avanços desse modelo de pesquisa que busca mapear as leituras inscritas no próprio texto, Robert Darnton ressaltou: “exatamente como [a] recepção ocorr[e], permanec[e] um mistério, porque Chartier se limita a analisar o livro como um objeto físico” (DARNTON, 1992, p. 230-231).

Isto é, por não ter acesso direto a registros de leitura dos homens e mulheres que movimentaram por muito tempo o mercado literário conhecido como *Bibliothèque Bleue*, as análises de Roger Chartier ficaram circunscritas ao leitor implícito no texto a partir do que era idealizado pelos editores.

Para fugir de uma análise que se volte somente à materialidade dos textos ou que considere somente o mundo do leitor sem levar em conta o trabalho de edição que pode provocar profundas mudanças no suporte material dos textos, Darnton propõe um modelo que conjugue a “análise textual” com o que ele chama de “pesquisa empírica”:

Por isso eu argumentaria em prol de uma estratégia dupla, que combinaria a análise textual com a pesquisa empírica. Dessa maneira, poderia ser possível comparar os leitores implícitos do texto com os leitores reais do passado e, através dessas comparações, desenvolver tanto uma história, quanto uma teoria da reação do leitor (DARNTON, 1992, p. 299).

Diferentemente de Roger Chartier, Darnton considera que os registros particulares de leitura são fontes extremamente importantes e valiosas para a história da leitura, pois embora escassas e em muitos casos extremamente fragmentadas, elas são um canal privilegiado de acesso às antigas leituras. Para Darnton “se a experiência da grande massa de leitores está além do alcance da pesquisa histórica, os historiadores deveriam ser capazes de captar algo do que a leitura significava para poucas pessoas que delas deixaram registros” (DARNTON, 1992, p. 224).

Se não representam o todo, as anotações particulares de leitura trazem preciosas informações sobre como se comportava um determinado leitor em determinada época. É preciso ter em mente que os registros de um único leitor, se contextualizados, podem contribuir para a compreensão das práticas de leitura em diferentes grupos sociais e em diferentes momentos históricos, pois o leitor que deixou para a posteridade seus apontamentos de leitura pertencia a um grupo social específico e realizou suas leituras em uma determinada época.

Mesmo com todas essas dificuldades teóricas e metodológicas, a história da leitura tem sido um dos mais instigantes objetos de estudo das últimas décadas por dar voz a personagens até então silenciadas nas análises que focavam o texto e não os usos e interpretações dos textos. Os antigos leitores, muitas vezes obscurecidos nas pesquisas seriais e quantitativas, ao ganharem destaque nos estudos históricos mostraram que havia uma grande distância entre o prescrito e o vivido, entre o leitor idealizado e o leitor real, entre a interpretação considerada correta pelo autor e/ou editor e a compreensão adquirida no ato da leitura. Basta lembrar a trajetória extraordinária de Jamerey-Duval

analisada por Jean Hébrard (2009), ou o célebre estudo de Carlo Ginzburg (1987) sobre o moleiro Menocchio ou ainda as pesquisas de Robert Darnton (2009) sobre o leitor Jean Ranson, para citar apenas alguns exemplos.

Se nesse modelo de pesquisa histórica as “pessoas comuns” ganharam centralidade, o estudo do cotidiano tornou-se condição indispensável, porque é no cotidiano que, essas pessoas protagonistas da história, fazem suas escolhas, negociam, resistem às pressões conjunturais, promovem discontinuidades no processo histórico. Conforme Michel de Certeau:

[...] A uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde outra produção, qualificada de ‘consumo’: esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante (CERTEAU, 1994, p. 39).

Por isso, o conceito de “apropriação”, sistematizado por Michel de Certeau em sua obra *A invenção do cotidiano*, adquiriu importância nos estudos históricos nas últimas décadas. Nas páginas desse livro, publicado em 1980, Certeau perscruta as ações cotidianas dos consumidores de objetos culturais e, ao dar visibilidade às *táticas* desenvolvidas cotidianamente pelos consumidores, revela que o consumidor, longe da passividade que correntemente lhe foi atribuída, na verdade, ao se apropriar de um bem cultural, exerce uma assimilação astuta, capaz de driblar os mais rígidos cânones de controle e condicionamento. Nesse sentido, não se pode identificar ou qualificar o consumidor pelos produtos jornalísticos

ou comerciais que ele assimila, pois há uma grande distância entre a posse e o uso desses produtos por parte de quem os adquire (CERTEAU, 1994, p. 50).

Assim as reflexões de Michel de Certeau servem como referencial metodológico para os estudos históricos sobre a leitura, sobretudo a sistematização das noções e *estratégia* e *tática* que nos estudos de Certeau sobre as práticas cotidianas, serviram como importante instrumental teórico. Noções importantes por revelarem relações de força que se tencionam na teia social, em que há uma série de produções ditadas pelos “dominantes” que se contrapõem com as diferentes apropriações dessas produções pelos “dominados”. A *estratégia* diz respeito às ações daqueles que detêm o poder sobre os instrumentos de propagação de normas e regras de natureza diversa. A noção de *estratégia* é definida por Certeau como o:

[...] cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico (CERTEAU, 1994, p. 46).

A noção de *tática* é utilizada por Michel de Certeau para analisar como os indivíduos se apropriam dos produtos que têm por intenção exercer variadas formas de controle sobre os sujeitos. Por meio das *táticas*, considerada por Certeau (1994, p. 101) como “a arte do fraco”, os consumidores são capazes de subverter as intenções inscritas nos produtos, lançando mão de usos inventivos, construção de novos sentidos, consumos astutos que tiram da

figura do consumidor aquele papel de passividade, dando-lhes destaque como sujeitos históricos. É o que se pode notar nas palavras de Certeau: “as estratégias apontam para a resistência que o estabelecimento de um lugar oferece ao gasto do tempo; as táticas apontam para uma hábil utilização do tempo, das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas fundações de um poder” (CERTEAU, 1994, p. 102).

As resistências ocorrem a partir das práticas cotidianas por meio das quais os indivíduos agem e, mesmo sem a intenção de criar, acabam inventando, fabricando novas práticas culturais. Dentre as práticas cotidianas que “produzem sem capitalizar”, Certeau (1994) destaca a leitura, por ser essa atividade “foco exorbitado da cultura contemporânea e de seu consumo”.

Como mostrou Certeau (1994, p. 265) a leitura é um exercício de errâncias e inventividades que jogam com as expectativas, as astúcias e as normatividades das obras lidas. A página impressa é para Michel de Certeau “[...] o lugar onde se produz o encontro, sempre diferente, entre a palavra já escrita e os novos sentidos que os leitores lhe vão dando” (CERTEAU, 1994, p. 264).

Para Certeau, em uma sociedade marcada pela necessidade cada vez mais exacerbada do exercício de leitura de textos distribuídos nos mais variados suportes, a imagem de pessoas com seus olhos fixos em conjuntos de letras tornou-se cena corriqueira nas praças, nas casas, nas escolas, nas igrejas entre outros lugares. Tal disseminação, todavia, muitas vezes fez com que a complexidade envolvida no ato da leitura fosse esquecida por muitos estudiosos que incorriam em dois graves problemas: 1) a preocupação com a posse dos impressos em detrimento dos

usos aos quais estavam sujeitos esses bens culturais; 2) e a passividade atribuída ao leitor, como se tudo o que fosse lido passasse automaticamente a ser aplicado no plano prático sem seleção, omissão ou bricolagem. Contra esse posicionamento, Certeau lembrou que a leitura é uma atividade silenciosa extremamente complexa: “flutuação através da página, metamorfose do texto pelo olho que viaja, improvisação e expectativa de significados induzidos de certas palavras, intersecções de espaços escritos, dança efêmera” (CERTEAU, 1994, p. 49).

Como se pôde notar, a abordagem da história da leitura é em si mesma razoavelmente problemática. Contudo, as novas possibilidades teóricas e metodológicas de pesquisa têm encorajado estudiosos de diversas áreas a se lançarem na busca pelos elementos históricos envolvidos na produção, circulação e apropriação de impressos, como atesta o aumento significativo de estudos sobre a história da leitura apresentados nos programas de Pós-Graduação e nos congressos especializados como o já consolidado Congresso de Leitura do Brasil. Mas, seguramente ainda há muito a ser feito nesse amplo campo de pesquisa, campo complexo no qual, até o presente momento, sublinhe-se, as interrogações ultrapassam com folgada vantagem as respostas conclusivas.

Referências

- BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. 2ª. ed. São Paulo, Editora da UNESP, 1992.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- CERTEAU, Michel De. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. 4ª ed., tradução de Epharain Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Forense Universitária, 1994.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre as incertezas e inquietude*. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002.
- _____. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Mari Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- _____. *A ordem do livro*. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Tradução de Mary Del Priori. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.
- _____. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger. *Práticas de Leitura*. Tradução de Cristiane Nascimento. 4º Ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. p. 77-104.
- DARNTON, Robert. “A leitura rousseauista e um leitor ‘comum’ do século XVIII”. In: CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas de leitura*. Tradução de Cristiane Nascimento. *Práticas de Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. p. 143-176.
- _____. História da Leitura. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo, Editora da UNESP, 1992, 2ª. ed., p. 199-236.
- DOSSE, François. *A história*. Tradução Maria Elena Ortiz Assumpção. Bauru: EDUSC, 2003.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- HÉBRARD, Jean. O autodidatismo exemplar. Como Valentin Jamerey-Duval aprendeu a ler. In: CHARTIER, Roger. *Práticas de Leitura*. Tradução de Cristiane Nascimento. 4º Ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. p. 35-73.

Recebido em 2013-03-02
Publicado em 2013-05-13